

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Secretaria Especializada em Compras Públicas - SecCompras  
Diretoria de Contratações – Dicont

TC: 022.952/2025-0

**EDITAL****PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2026****Data de Abertura: 15/06/2026, às 10:30, no sítio**[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**Objeto**

Contratação de empresa especializada para a execução de serviços contínuos de dedetização, desratização, descupinização e controle integrado de pragas urbanas, de forma preventiva e corretiva, abrangendo todas as dependências do Tribunal de Contas da União e Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU.

**Valor anual estimado**

R\$ 77.387,82 (setenta e sete mil trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	GLOBAL

\* Telefones para agendamento da vistoria: (61) 3527-5180

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO XI) \*****Requisitos Básicos:**

- Certidão CNDT
- Certidão CNJ
- Certidão do Portal da Transparência
- Sicafe ou documentos equivalentes
- Balanços Patrimoniais dos 2 (dois) últimos exercícios sociais
- Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais
- Certidão negativa de falência
- Índices Contábeis (LC, LG e SG) superiores a 1 (para os 2 (dois) últimos exercícios sociais)
- PL não inferior a 10% do valor anual estimado da contratação

**Requisitos Específicos:**

- Qualificação Econômico-Financeira
- Qualificação Técnico-Operacional

\*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?
SIM	NÃO	NÃO	NÃO

**Prazo para envio da proposta e da documentação de habilitação**

Até 2 (duas) horas e até 3 (três) horas após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a), respectivamente.

**Pedidos de Esclarecimentos**

Até 19h do dia 08/06/2026 para os endereços  
[cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br), [rafaelsa@tcu.gov.br](mailto:rafaelsa@tcu.gov.br) e  
[renatotl@tcu.gov.br](mailto:renatotl@tcu.gov.br)

**Impugnações**

Até 19h do dia 08/06/2026 para os endereços  
[cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br), [rafaelsa@tcu.gov.br](mailto:rafaelsa@tcu.gov.br) e  
[renatotl@tcu.gov.br](mailto:renatotl@tcu.gov.br)

**Observações Gerais**

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO E FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 0,01 (um centavo).



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
SECRETARIA ESPECIALIZADA EM COMPRAS PÚBLICAS  
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90022/2026**

**[LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP]**

O Tribunal de Contas da União - TCU e este Pregoeiro, designado pela Portaria-SecCompras n. 20/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n. 14.133/2021, da Instrução Normativa Seges/ME n. 73/2022, da Lei Complementar n. 123/2006** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 15 de junho de 2026**

**HORÁRIO: 10h30 (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**CÓDIGO UASG: 30001**

**SEÇÃO I – DO OBJETO**

**1.** A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços contínuos de dedetização, desratização, descupinização e controle integrado de pragas urbanas, de forma preventiva e corretiva, abrangendo todas as dependências do Tribunal de Contas da União e Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações em anexo.

**1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.** A despesa **anual** com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 77.387,82 (setenta e sete mil trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos), conforme o orçamento anexo.



### SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico **exclusivamente** microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

- 3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 3.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. Não poderão disputar este **Pregão**:

- 4.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste **Pregão**, impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;
  - 4.1.1. O impedimento de que trata esta subcondição será também aplicado à **licitante** que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da **licitante**.
- 4.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCU ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 4.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.5. Empresa estrangeira que não funcione no Brasil, enquanto pendente a regulamentação citada no parágrafo único do art. 70 da Lei n. 14.133/2021;
- 4.6. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 4.7. Pessoa física.



## SEÇÃO IV – DA VISTORIA

5. A **licitante** poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, junto ao Serviço de Conservação, Limpeza e Copa – Secop, pelo telefone (61) 3527-5180, limitada a realização da vistoria a um interessado por vez.

- 5.1. A vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da **licitante** acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 5.2. A vistoria será acompanhada por representante do TCU, designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória da vistoria efetuada, que deverá ter sido previamente elaborada pela **licitante** em conformidade com o modelo anexo a este Edital.
- 5.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste **Pregão**.

## SEÇÃO V – DA PROPOSTA

6. A **licitante** cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

- 6.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor global anual da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7. A **licitante** deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

- 7.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;
- 7.2. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- 7.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



- 7.4. Sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste **Pregão**.
8. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:
- 8.1. Atende aos requisitos do art. 3º da LC n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- 8.2. No ano-calendário de realização deste **Pregão**, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.
10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 10.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 10.2. Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
11. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

## SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
13. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
14. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

15. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.



16. A **licitante** somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 16.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
17. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
18. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
19. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
20. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
21. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
22. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
23. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado será o **aberto e fechado**, conforme disposto no art. 24 da IN Seges-ME n. 73/2022.
- 23.1. A etapa aberta de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 23.2. Encerrado o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 23.3. Durante a etapa aberta, o intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 23.4. Após a etapa de que trata a subcondição anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado.
- 23.5. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores à de valor mais baixo, as autoras dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado.



**23.6.** No procedimento de oferta do lance final e fechado:

**23.6.1.** A **licitante** poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**23.6.2.** O prazo será de até 5 (cinco) minutos e o lance será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**23.7.** Encerrado o prazo estabelecido de até 5 (cinco) minutos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

## **SEÇÃO VIII – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DISPUTA NA LICITAÇÃO**

**24.** O eventual descumprimento das vedações elencadas na Seção III do edital serão verificadas mediante consulta ao:

**24.1.** Sicaf, na parte que trata das ocorrências e impedimentos;

**24.2.** Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

## **SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO**

**25.** Definido o resultado do julgamento, o **Pregoeiro** poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

**25.1.** A negociação poderá ocorrer quando a proposta da primeira colocada, após a fase de disputa, permanecer acima do valor estimado ou quando o **Pregoeiro** considerar que a fase competitiva não foi suficiente para obtenção da melhor proposta.

**25.2.** Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais **licitantes**, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

**25.3.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

**25.4.** Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as **licitantes** e anexado aos autos do processo licitatório.

## **SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**26.** A **licitante mais bem classificada** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo V – Orçamento Estimativo e Modelo para Elaboração da Proposta, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).





**26.1.** A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

**27.** O **Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante mais bem classificada**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

**28.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**28.1.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**28.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**28.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**28.4.** Preço **unitário** e **global**: não se admitirá preço unitário e global superior ao orçamento estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

**28.4.1.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

**28.4.2.** Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, os custos complementares e acessórios por acaso omitidos nas composições de custo unitário, mas implícitos e necessários para a execução dos serviços objeto da contratação.

**28.4.3.** Considera-se que a CONTRATADA dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais, operacionais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato que celebrar. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos



serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

**28.4.4.** A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transporte e tudo mais que for necessário para a execução dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.

**28.4.5.** As composições de custos unitários elaboradas pela CONTRATANTE servirão apenas para a elaboração do orçamento estimativo da licitação. Cada **licitante** deverá elaborar suas próprias composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos, mão de obra e tributação que entenderem necessários para a conclusão dos serviços de acordo com as especificações técnicas. Não poderá haver nenhum pleito de alteração de valores do contrato em função das composições apresentadas pela CONTRATANTE.

**28.5.** Será desclassificada a proposta que:

**28.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

**28.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

**28.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

**28.5.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo **Pregoeiro**;

**28.5.4.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

**28.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

**28.5.6.** Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

**29.** A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

**30.** Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

## **SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO**

**31.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da **licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

**32.** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do *caput* e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicafe, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da **licitante**, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo **Pregoeiro**.

**32.1.** Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até **3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**.

**32.2.** A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

**33.** Para fins de **qualificação econômico-financeira**, deverão ser apresentados:

**33.1.** Balanços Patrimoniais dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigidos na forma da lei e de regulamentos vigentes na data de realização da licitação, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**33.1.1.** A **licitante** deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

**33.1.1.1.** A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

**33.1.1.2.** Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

**33.1.1.2.1.** O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

**33.1.2.** O marco temporal para apresentação das demonstrações contábeis será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

**33.2.** Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentadas na forma da lei;



- 33.3.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.
- 34.** A documentação apresentada para fins de qualificação econômico-financeira deverá comprovar tanto para o penúltimo quanto para o último exercício social:
- 34.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 35.** A documentação apresentada para fins de qualificação econômico-financeira deverá comprovar somente em relação ao último exercício social:
- 35.1.** Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação.
- 36.** Para fins de **qualificação técnico-operacional**, deverão ser apresentados:
- 36.1.** Um ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da **licitante**, que comprovem que a **licitante** realizou serviços compatíveis com o objeto contratado em área total de, no mínimo, 100.000 m<sup>2</sup>.
- 36.1.1.** Será aceito o somatório de atestados, certidões ou declarações, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços.
- 36.2.** Atestados, certidões, declarações, cópias de contratos ou outros documentos idôneos, que demonstrem experiência da **licitante** pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, em períodos sucessivos ou não, na execução de serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 36.2.1.** Será aceito o somatório dos documentos relacionados, sendo os períodos concomitantes computados uma única vez.
- 36.2.2.** A apresentação de cópias de contratos para comprovação do tempo de experiência deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de documentos complementares que atestem a efetiva e regular execução dos serviços ao longo do período que se deseja comprovar, tais como, cópias de notas fiscais, termos de recebimento provisório ou definitivo dos serviços executados, ou documentos equivalentes que demonstrem a prestação contínua do objeto contratado.
- 36.2.3.** Para a comprovação de capacidade técnica e do tempo de experiência serão aceitos atestados, certidões ou declarações expedidas tanto em nome da matriz quanto das filiais porventura existentes.
- 36.3.** Licença de Funcionamento, expedida pelo órgão competente de vigilância sanitária do Distrito Federal, cf. art. 2º da Lei Distrital n.º 4.570, de 17 de maio de 2011.
- 36.4.** Licença Ambiental (ou termo equivalente), concedida por órgão ambiental competente, conforme art. 4 da Resolução Anvisa - RDC n.º 622, de 9 de março de 2022.

- 36.5.** Registro do responsável técnico da **licitante** junto ao Conselho Profissional, conforme caput do art. 7º da Resolução Anvisa - RDC n.º 622, de 9 de março de 2022.
- 36.6.** Registro da **licitante** junto ao conselho profissional do seu responsável técnico, conforme § 2º do art. 7º da Resolução Anvisa - RDC n.º 622, de 9 de março de 2022.
- 37.** As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos utilizados para fins de habilitação técnico-operacional.
- 38.** O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.
- 38.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.
- 38.1.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Licitações - Selic do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 04, Lote 1, Anexo I, sala 117, CEP 70042-900, Brasília-DF.
- 38.2.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 38.3.** As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 38.4.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 38.5.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 38.6.** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 38.6.1.** O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.



- 38.6.2.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.
- 38.7.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.
- 39.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.
- 40.** Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados ao **Pregoeiro**, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:
- 40.1.** Houve erro no envio ou juntada no momento oportuno;
    - 40.1.1.** Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.
  - 40.2.** Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;
  - 40.3.** Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.
- 41.** O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo **Pregoeiro**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## SEÇÃO XII – DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 42.** Não se exigirá demonstração do serviço ofertado.

## SEÇÃO XIII – DO RECURSO

- 43.** Qualquer **licitante** poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.
- 44.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do **Pregão**.
- 45.** As demais **licitantes** ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 46.** Será assegurado à **licitante** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



47. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

#### SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

48. A adjudicação e homologação deste **Pregão** competem ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.

49. O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

#### SEÇÃO XV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

50. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

51. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

52. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCU.

53. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

54. Constitui fator impeditivo para a celebração e aditamentos do contrato decorrente deste **Pregão** a existência de registro relativo à **licitante vencedora** no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme arts. 6º e 6º-A da Lei n. 10.522/2002.

54.1. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, em consulta ao Cadin, se existe registro relativo à **licitante vencedora**.

55. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.

55.1. Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

55.1.1. Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

55.1.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES

**56.** Com fundamento no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, cumulativamente ou não com multa aplicada em razão de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, a **licitante**:

**56.1.** Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**56.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame – de 2 (dois) meses a 6 (seis) meses;

**56.1.1.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de entregar quaisquer documentos de habilitação exigidos durante a licitação.

**56.1.2.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado – de 2 (dois) meses a 1 (um) ano;

**56.1.2.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses:

**56.1.2.1.1.** Deixar de enviar a proposta ou se recusar a enviar seu detalhamento, quando exigível;

**56.1.2.1.2.** Solicitar a desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja evidenciada e justificada a impossibilidade de seu cumprimento.

**56.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 6 (seis) meses a 1 (um) ano;

**56.1.3.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

**56.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

**56.1.4.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, qualquer ação ou omissão da **licitante** que:

**56.1.4.1.1.** Prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital;

**56.1.4.1.2.** Atrase a assinatura do contrato;

**56.1.4.1.3.** Ocasione o descumprimento dos prazos estabelecidos no edital.



**56.2.** Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:

**56.2.1.** Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, a União, nos casos em que implicarem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas:

**56.2.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**56.2.1.2.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

**56.2.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**56.2.3.** Fraudar a licitação – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

**56.2.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

**56.2.4.1.** Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

**56.2.5.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;

**56.2.6.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

**57.** A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**57.1.** Na hipótese de abetura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, com fundamento no § 3º do art. 26 da Lei n. 9.784/1999, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.



- 57.1.1.** A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do TCU, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

## SEÇÃO XVII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 58.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br), até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.
- 59.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 60.** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br).
- 61.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## SEÇÃO XVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 62.** Ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 62.1.** A anulação do **Pregão** induz à do contrato.
- 62.2.** As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 63.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 64.** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

## SEÇÃO XIX – DOS ANEXOS

- 65.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:



- 65.1.** Anexo I - Termo de Referência;
- 65.2.** Anexo II - Especificações Técnicas;
- 65.3.** Anexo III - Modelo de Ordem de Serviço;
- 65.4.** Anexo IV - Nível Mínimo de Serviço Exigido – NMS;
- 65.5.** Anexo V - Orçamento Estimativo e Modelo para Elaboração da Proposta;
- 65.6.** Anexo VI - Minuta do Contrato.

## **SEÇÃO XX – DO FORO**

**66.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília, 27 de maio de 2026.

**Rafael Araújo Santos**  
**Pregoeiro Substituto**



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Proposta de contratação de empresa especializada para a execução de serviços contínuos de dedetização, desratização, descupinização e controle integrado de pragas urbanas, de forma preventiva e corretiva, abrangendo todas as dependências do Tribunal de Contas da União e Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU.

### 2. MODO DE DISPUTA

MODELO DE EXECUÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO	<input type="checkbox"/> EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> PREGÃO ELETRÔNICO	<input type="checkbox"/> DISPENSA OU INEXIBILIDADE
MODO DE DISPUTA	ABERTO E FECHADO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO	<input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	<input type="checkbox"/> POR ITEM/LOTE	<input checked="" type="checkbox"/> GLOBAL

### 3. NATUREZA DO SERVIÇO

3.1. Os serviços serão de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

### 4. UNIDADE DE MEDIDA

4.1. As unidades de medida e as quantidades estimadas para esta contratação estão detalhadas no Anexo V - Orçamento Estimativo e Modelo para Elaboração da Proposta.

### 5. METAS FÍSICAS

5.1. Realizar 100% das aplicações preventivas e corretivas previstas no cronograma trimestral de dedetização, desratização, descupinização e controle integrado de pragas urbanas do Tribunal de Contas da União e Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU.

### 6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. O valor estimado anual da contratação é de R\$ 77.387,82 (setenta e sete mil trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos), obtido mediante a aplicação do preço unitário de R\$ 0,35/m<sup>2</sup> ao ano sobre a área total, o que corresponde ao valor estimado



trimestral de aproximadamente R\$ 19.346,96 (dezenove mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos).

## **7. LOCAL DA ENTREGA DOS OBJETOS CONTRATADOS**

7.1. Os serviços deverão ser executados nas seguintes localidades:

7.1.1. Tribunal de Contas da União-TCU, SAFS, Quadra 04, Lote, 01 – Sede, CEP: 70042-900 e Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU, Setor de Clubes Sul, Trecho 3, Polo 8, Lote 3, ambos em Brasília/DF.

## **8. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

8.1. 8.1. SecAmbientes/Diac /Seac-Op.

## ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Os significados dos termos utilizados na presente especificação são os seguintes:

- 1.1.1. CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal de Contas da União – TCU;
- 1.1.2. CONTRATADA: Proponente vencedora;
- 1.1.3. FISCALIZAÇÃO: Servidor(es) designado(s) formalmente para representar a CONTRATANTE, responsável(eis) pela fiscalização dos serviços.
- 1.1.4. Controle de pragas urbanas: Conjunto de ações integradas de monitoramento, prevenção e combate a vetores e pragas urbanas, visando à manutenção das condições de salubridade e segurança ambiental, por meio de métodos físicos, químicos, biológicos ou integrados, conforme as normas da Anvisa (RDC nº 622/2022) e do Ministério do Meio Ambiente;
- 1.1.5. Desinsetização: Aplicação de produtos saneantes desinfectantes, devidamente registrados na Anvisa, para o combate a insetos rasteiros ou voadores, como baratas, formigas, moscas, mosquitos, pulgas, percevejos e outros vetores de importância sanitária;
- 1.1.6. Desratização: Conjunto de medidas destinadas à eliminação e controle de roedores sinantrópicos (ratos e camundongos), mediante uso de iscas e produtos específicos, observando-se a segurança humana e ambiental;
- 1.1.7. Descupinização: Procedimento químico ou físico destinado à eliminação de cupins e outras pragas xilófagas, com vistas à preservação de estruturas, móveis e materiais de madeira;
- 1.1.8. Controle de escorpiões e outros aracnídeos: Medidas preventivas e corretivas voltadas à eliminação de escorpiões e aranhas, incluindo inspeções regulares, vedação de aberturas e aplicação dirigida de produtos autorizados;
- 1.1.9. Produtos saneantes desinfectantes: Substâncias ou preparações registradas junto à Anvisa, destinadas ao controle de pragas urbanas, devendo ser utilizadas conforme a RDC nº 622/2022 e as normas de segurança previstas na ABNT NBR 9843:2021;
- 1.1.10. Licença ambiental: Autorização emitida por órgão ambiental competente, que permite à empresa executar serviços de controle de pragas, atestando conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente, conforme art. 4º da RDC nº 622/2022;
- 1.1.11. FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico): Documento técnico que descreve as propriedades e riscos de cada produto químico utilizado, orientando o manuseio, transporte, armazenamento e descarte seguro;
- 1.1.12. Controle Integrado de Pragas (CIP): Metodologia que combina medidas preventivas, corretivas e de monitoramento contínuo para evitar infestações, priorizando soluções de baixo impacto ambiental e a aplicação racional de produtos químicos;

- 1.1.13. Resíduos de dedetização: Resíduos sólidos, líquidos ou embalagens resultantes das operações de controle de pragas, que devem ser armazenados, transportados e destinados conforme normas ambientais e sanitárias, mediante sistema de logística reversa e destinação final ambientalmente adequada;
- 1.1.14. Destinação ambientalmente adequada: Procedimento que garante o manejo, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos das atividades de dedetização em conformidade com as normas do Conama e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), prevenindo riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

## 2. PREPOSTO

- 2.1. A CONTRATADA deverá indicar 1 (um) preposto, para representá-la administrativa perante a CONTRATANTE durante toda a vigência contratual, sempre que necessário, devendo a indicação ser realizada por declaração com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, e-mail institucional e telefones de contato (fixo e móvel, se houver), os quais deverão ser mantidos atualizados.
- 2.2. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a substituição do preposto indicado que não atenda satisfatoriamente às necessidades da execução contratual.
- 2.3. O preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências ou do Processo Administrativo Eletrônico, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato.
- 2.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- 2.5. A empresa deverá cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços.
- 2.6. O preposto deverá comunicar imediatamente à fiscalização quaisquer irregularidades ou não conformidades verificadas na aplicação dos serviços.
- 2.7. O preposto deverá ter acesso aos ambientes internos do Tribunal de Contas apenas mediante autorização da Fiscalização.
- 2.8. A substituição do preposto deverá ser previamente comunicada e formalizada junto à CONTRATANTE, com antecedência mínima de cinco (5) dias, salvo motivo superveniente devidamente justificado (ex.: desligamento, licenças médicas, afastamentos urgentes), hipótese em que a comunicação deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente.
- 2.9. Os atos praticados pelo preposto, no âmbito de suas atribuições e dentro dos poderes a ele conferidos, serão considerados como praticados pela própria CONTRATADA para todos os fins decorrentes do contrato.





- 2.10. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

### **3. LOCAL DE EXECUÇÃO**

- 3.1. A CONTRATADA deverá realizar a aplicação dos produtos nos endereços indicados, pertencentes ao Tribunal de Contas da União – TCU e no Instituto Serzedello Corrêa – ISC.
- 3.1.1. Tribunal de Contas da União – TCU: Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 4, Lote, Brasília/DF, CEP 70042-900.
- 3.1.2. Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU: Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 3, polo 8, Lote 3, Brasília/DF, CEP 72200-003.

### **4. CONDIÇÕES GERAIS DAS ROTINAS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 4.1. A execução do objeto seguirá os termos detalhados a seguir.
- 4.2. Início da execução do objeto: Conforme data estipulada no termo contratual.
- 4.3. Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas e, ainda, as atribuições específicas do serviço contratado, conforme as especificações técnicas deste anexo:
- 4.3.1. Ser pontual e apresentar-se devidamente identificado por crachá, uniformizado e asseado;
- 4.3.2. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do TCU;
- 4.3.3. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- 4.3.4. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- 4.3.5. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 4.3.6. Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do TCU para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- 4.3.7. Realizar os serviços com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 4.3.8. Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- 4.3.9. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 4.3.10. Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 4.3.11. Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da CONTRATANTE, providenciando para que sejam encaminhados à Segurança;



4.3.12. Tratar a todos com urbanidade.

## 5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS

- 5.1. No prazo de 10 dias úteis a contar a emissão da ordem de serviço, a CONTRATADA deverá submeter um **Cronograma de Atividades** à apreciação da administração, no qual deverá constar:
- 5.1.1. Quantidade de prestadores de serviços, definição das equipes, com os respectivos horários de entrada e saída, locais de atuação, responsabilidades;
  - 5.1.2. Periodicidade de realização de cada tipo de serviço/local (definida pela Administração, não necessitando de indicação da contratada);
  - 5.1.3. Rotinas de execução dos serviços;
  - 5.1.4. Equipamentos e materiais utilizados.
- 5.2. Os serviços deverão ser executados nas áreas internas do Edifício Sede e dos Anexos I, II e III, nas garagens e nas áreas externas adjacentes aos edifícios que formam o complexo da sede do Tribunal e no Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU, nas áreas internas e externas, observando a escala definida no Cronograma de Atividades a ser aprovado pela fiscalização.
- 5.3. Sempre que possível deverão ser minimizados a interferência e o incômodo nas atividades da CONTRATANTE, cabendo à empresa programar a realização das atividades em horários de menor fluxo de pessoas nas edificações. Nesse sentido, as seguintes regras deverão ser observadas:
- 5.3.1. Os serviços deverão ser prestados, em regra, após o horário das 18h ou aos sábados, domingos e feriados, conforme conveniência da Administração;
  - 5.3.2. A aplicação dos produtos deverá observar a seguinte periodicidade, conforme o tipo de serviço:

TIPO DE SERVIÇO	PERIODICIDADE
Desinsetização	Trimestral
Desratização	Trimestral
Descupinização Trimestral	Trimestral
Combate a escorpiões Trimestral	Trimestral

5.4. Constam a seguir as tarefas a serem realizadas pela CONTRATADA:



- 5.4.1. Cabe à CONTRATADA projetá-las e detalhá-las no Cronograma de Atividades, desde que sejam mantidos os padrões de qualidade fixados no – Nível Mínimo de Serviço;
- 5.4.2. A empresa deverá utilizar os métodos descritos neste item ou outros mais eficazes, com a anuência da CONTRATANTE, para combater as pragas, roedores, baratas, moscas, traças, percevejos, cupins, escorpiões, formigas, larvas de mosquitos, dentre outros, nos espelhos d'água e canteiros aquáticos:
  - 5.4.2.1. “FOG” – galerias de redes pluviais, esgotos e almoxarifado;
  - 5.4.2.2. Atomizador – tetos, garagens e esgotos;
  - 5.4.2.3. “Spray” – armários, gavetas, rodapés, cantos, frestas e atrás dos móveis;
  - 5.4.2.4. Gel inseticida – aplicado em equipamentos eletrônicos como máquinas, telefones, computadores e apêchines de controle;
  - 5.4.2.5. Iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó contato – combate a ratos;
  - 5.4.2.6. Pulverizador e Povilhadeira (veneno em pó) – aplicado nos jardins e espelhos d'água para combate a formigas, escorpiões, cupins e larvas de mosquito.
- 5.5. Independentemente da relação de atividades contida nos itens anteriores, a CONTRATADA deverá considerar a obrigatoriedade de executar todos os serviços necessários para o controle e eliminação de pragas em toda a área compreendida no presente contrato.
- 5.6. A CONTRATADA deverá possuir equipe mínima de prontidão para atendimento de emergências, como, por exemplo, dedetização excepcional em copas ou outras áreas da CONTRATANTE.
- 5.7. Sempre que possível, a dedetização deverá ser realizada com uso de equipamentos que garantam maior produtividade, padrão de qualidade, e menores impactos à saúde dos prestadores de serviços envolvidos.
- 5.8. Em casos emergenciais, proliferações repentinas, a CONTRATADA deverá atender a notificação da área responsável pela fiscalização, por meio de Ordem de Serviço – OS ou meios eletrônicos, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento.
- 5.9. A CONTRATADA deverá refazer os serviços que forem rejeitados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação efetuada pela unidade Fiscalizadora da CONTRATANTE.
- 5.10. A título de garantia dos serviços e conforme necessidade, as áreas críticas (copas, banheiros, esgotos das áreas internas e externas, assim como outras áreas que porventura apresentem reinfestações de insetos, cupins e/ou ratos) serão submetidas à intervenção, a qualquer tempo, nos intervalos das aplicações gerais.
- 5.11. A desratização deverá ser realizada com emprego de raticidas que serão colocados em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano e o produto a ser utilizado deverá ser inodoro, de eficácia comprovada e provocar a morte e o ressecamento do animal, sem deixar odor.



5.12. Aplicar dedetizações corretivas que se fizerem necessárias, além das aplicações gerais, a critério da fiscalização, para corrigir falhas decorrentes de aplicações gerais e sustentativas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. (Não haverá pagamento por ocorrências emergenciais).

**5.13. Dos materiais e equipamentos**

5.13.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

5.13.2. Os produtos deverão ter as seguintes características:

5.13.2.1. Não causar manchas;

5.13.2.2. Ser antialérgicos;


5.13.2.3. Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;

5.13.2.4. Aqueles aplicados nos espelhos d'água para combate às larvas de moscas não deverá ser nocivos às plantas e peixes;

5.13.2.5. Não danificar ou causar a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados.

5.13.2.6. Os produtos utilizados, além de obedecer às exigências prescritas no item anterior, deverão ser de primeira qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente.

### ANEXO III – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

	Ordem de Serviço nº /2026		Data emissão: / /	
	<b>Tribunal de Contas da União</b>  <b>Serviço de Conservação Limpeza e Copa – SECOP</b>  SAFS Qd. 04, Lote 01, Anexo 1, Térreo, Sala 06  Brasília - DF		<b>Execução do Serviço</b>	
			<b>Data Execução:</b>  <b>Hora de início:</b>	
Contrato nº /2026 Contratada: _____ CNPJ: _____ Endereço: _____ Nº _____ Bairro _____ _ Complemento: _____ _____ Cidade: _____ _____ Estado: _____ Preposto: _____ _____ Telefone: _____				
<b>Serviços</b>				
Serviço a ser executado: _____ _ Local da execução: _____ _____ Fiscal da execução: _____ _____ Telefone: _____ Servidor solicitante: _____ Telefone: _____				
<b>Observações</b>				

#### **ANEXO IV – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO EXIGIDO – NMS**

1. O Nível Mínimo de Serviço tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada. Caso a CONTRATADA não execute os serviços com o nível mínimo exigido, terá como consequência a redução do valor de faturamento no trimestre de referência;
2. A qualidade esperada se traduz em manter as áreas de atividades críticas, definidas na contratação, de qualquer tipo no período entre as aplicações.
3. A meta a ser atingida pela empresa é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade (FQ) = 100%, para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.
4. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor a ser pago no período avaliativo.
5. Durante os primeiros 3 (três) meses de contrato (correspondentes ao primeiro faturamento), a título de carência para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, o Fator de Qualidade (FQ) obtido não repercutirá no Valor da Fatura, de modo que o Valor de Fatura será igual ao Valor de Medição, ressalvadas eventuais glosas e punições.
6. Ao final de cada período avaliativo (trimestre), a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade, em que constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa no período.
7. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para apresentar justificativas à ocorrência das proliferações repentinas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

#### **DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO**

8. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação de acordo com a quantidade de ocorrências trimestrais.
9. O número de ocorrências será definido formalmente por emissões de Ordens de Serviço – OS, pelo Serviço de Conservação, Limpeza e Copa – Secop/Diop/SecAmbientes.
10. A definição da pontuação total por período avaliativo será baseada na quantidade de Ordens de Serviço do período, sendo que as OS serão emitidas a cada ocorrência de proliferações repentinas que exijam ações de dedetização imediatas para reestabelecer as condições normais e adequadas das instalações.
11. As aplicações periódicas visam manter as instalações livre de qualquer infestação por todo o período trimestral, entre uma aplicação e outra. Por isso, cada OS emitida pelo setor de fiscalização, referente a aplicações não periódicas, será identificada como uma falha de efetividade das aplicações periódicas.
12. Todas as OS, enquadradas como falha, serão contadas para apuração da respectiva pontuação. A depender do resultado da soma da pontuação acumulada pela empresa durante o trimestre, esta receberá um conceito (bom, regular ou ruim), conforme tabela abaixo.
13. Ao final de cada trimestre a empresa receberá da administração um relatório com as falhas registradas e com o conceito final obtido.
14. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação, um fator de qualidade e um conceito, conforme tabela abaixo:



### Avaliação do Setor de Fiscalização

Atividade críticas Ocorrências no Trimestre	Nota	Fator de Qualidade	Conceito
De 0 – 3 constatações de pragas.	10 pontos	100%	Bom
De 4 – 7 constatações de pragas.	9,5 pontos	95%	Regular
Acima de 7 constatações de pragas	90 pontos	90%	Ruim

### DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

15. A faixa de ajuste no pagamento será definida com base na pontuação total atingida pela empresa no período avaliativo, conforme tabela abaixo:

Pontuação	Pagamento Trimestral
10 pontos	Recebe o valor total da fatura.
9,5 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura.
9,0 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura.





## **ANEXO V – ORÇAMENTO ESTIMATIVO E MODELO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

A documentação que constitui este anexo consta da peça 26 do TC 022.952/2025-2 e está disponibilizada junto ao *download* do edital efetuado via site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no site TCU em menu específico para [licitações em andamento](#).

Alternativamente, caso não seja possível o acesso pelos meios indicados acima, basta solicitar cópia por mensagem de correio eletrônico ao endereço indicado na capa deste edital.



## ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

### TERMO DE CONTRATO N. [Numero\_Acordo].

As CONTRATANTES qualificadas a seguir têm entre si justo e avençado, e celebram o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

1. **CONTRATANTE:** [Qualificacao\_TCU].
2. **CONTRATADA:** [Qualificacao\_Fornecedor].
3. **UNIDADE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Secop/Diop/SecAmbientes
4. **PROCESSO ELETRÔNICO:** 022.952/2025-0.
5. **LICITAÇÃO:** [Número\_Licitacao].
6. **OBJETO:** Prestação de serviços contínuos de dedetização, desratização, descupinização e controle integrado de pragas urbanas, de forma preventiva e corretiva, abrangendo todas as dependências do Tribunal de Contas da União e Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU, em regime de empreitada por preço unitário.
7. **DOS VALORES:**
  - 7.1. **VALOR ANUAL:** [Valor\_Total].
8. **DOS PRAZOS:**
  - 8.1. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados de  / /  a  / / .
  - 8.2. **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** Até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
9. **ÍNDICE PARA REAJUSTE CONTRATUAL:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.
10. **FORO:** Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

11. Este contrato regula a execução do objeto citado em sua cláusula primeira cujas especificações detalhadas constam anexadas ao edital da licitação convertida na presente contratação, bem como da proposta aceita no procedimento licitatório.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

**12.** A despesa orçamentária da execução deste contrato para este exercício correrá conforme as informações a seguir:

- 12.1.** Valor: R\$ [valor] ([valor por extenso]);
- 12.2.** Empenho: [empenho] de [data].

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO**

**13.** A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE, abrangendo a totalidade dos serviços contratados.

**14.** O preposto, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Anexo II – Especificações Técnicas, deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

**15.** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados nos termos da cláusula primeira deste contrato.

**16.** O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 16.1.** Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 16.2.** A Administração do TCU tenha interesse na continuidade dos serviços;
- 16.3.** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TCU, permitida a negociação entre os contratantes, com a finalidade de adequação do valor a esse requisito;
- 16.4.** A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e
- 16.5.** A prorrogação seja autorizada pelo secretário da unidade gestora do contrato.

**17.** Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**18.** Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.



## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**19.** As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

**19.1.** A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

**19.1.1.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.

**19.2.** A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

**19.2.1.** O fiscal nomeado pela CONTRATANTE contará com a orientação da unidade da CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

**19.3.** A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

**19.3.1.** Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

**19.4.** A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

**19.5.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

**19.6.** É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**19.7.** A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

**19.8.** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

**19.9.** Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DAS PARTES**

**20.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**21.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, deve:

**21.1.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

**21.2.** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

**21.3.** Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e de disciplina instituídos.

**21.4.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços.

**21.5.** Implantar adequadamente o planejamento, a execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre todas as dependências da CONTRATANTE em perfeita ordem.

**21.6.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

**21.7.** Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços.

**21.8.** Responder pela violação, por si, seus empregados ou prepostos, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços.

**21.9.** Apresentar a Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados no mês anterior, devidamente acompanhada da documentação comprobatória de destinação final dos resíduos coletados.

**21.10.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato.



- 21.11.** Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 21.12.** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.
- 21.13.** Fornecer, sempre que solicitado, todos os dados necessários ao controle e à fiscalização de sua atividade.
- 21.14.** Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 21.15.** Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do Tribunal.
- 21.16.** Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme.
- 21.17.** Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados.
- 21.18.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 21.19.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.
- 21.20.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.
- 21.21.** Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 21.22.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 21.22.1.** Os empregados da CONTRATADA responsáveis pela execução dos serviços não manterão qualquer vínculo empregatício ou relação trabalhista com o Tribunal, sendo sua remuneração e demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, à qual permanecem integralmente vinculados. Eventual inadimplemento dessas obrigações não transferirá ao Tribunal qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
- 21.23.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.
- 21.24.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.



**21.25.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

**21.26.** Apresentar Licença Ambiental ou Autorização de Transporte.

**21.27.** Indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS).

**21.27.1.** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional indicado no item anterior.

**21.28.** Conhecer e observar os princípios e as regras de conduta constantes do Código de Conduta Ética dos Servidores do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução-TCU n. 330, de 1º de setembro de 2021, regulamentado pela Portaria-TCU nº 112, de 22 de julho de 2022.

**21.29.** Conhecer e observar os princípios, diretrizes e protocolos constantes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU.

**21.30.** Estar ciente de que assume o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, observando, no que couber, o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei n. 12.288/2010.

**21.31.** Estar ciente de que assume o compromisso de não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal.

**22.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

**23.** A CONTRATADA se compromete, ainda, a:

**23.1.** Observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e normas internas do TCU aplicáveis ao tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual.

**23.2.** Cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis ("Dados Pessoais") vigentes ou que entrarem em vigor na vigência deste contrato.

**23.3.** Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto à confidencialidade dos dados pessoais.

**23.4.** Prestar informações à CONTRATANTE para que esta proveja às respostas ao titular de dados, nos termos da LGPD.



- 23.5.** Tratar os dados pessoais apenas para fins lícitos, adotando as melhores posturas e práticas para preservar o direito à privacidade dos titulares e dar cumprimento às regras e princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- 23.6.** Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais, respeitando as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas pela CONTRATANTE no tocante ao armazenamento e tratamento de dados e informações pessoais, sem prejuízo do estrito respeito à LGPD, bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste contrato.
- 23.7.** Garantir que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de Dados Pessoais, resultante do objeto do presente contrato, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE e normativos correlatos.
- 23.8.** Possibilitar e garantir à CONTRATANTE o acompanhamento, fiscalização e auditoria, a qualquer tempo, no que se refere às obrigações relativas à proteção de dados pessoais.
- 23.9.** Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no estrito limite determinado pela CONTRATANTE para execução do contrato.
- 23.10.** Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais, viabilizando à CONTRATANTE a coleta de termos de confidencialidade de todos os seus colaboradores vinculados a este contrato.
- 23.11.** Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais.
- 23.11.1.** Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais, com exceção, se for o caso, da subcontratação previamente autorizada pela CONTRATANTE.
- 24.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 24.1.** A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 24.2.** A subcontratação para a execução do objeto deste contrato.
- 24.3.** A contratação de dirigente ou servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
- 25.** A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, deve:
- 25.1.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.



- 25.2.** Garantir o acesso, aos empregados da CONTRATADA devidamente identificados, aos locais indispensáveis à execução de suas atividades.
- 25.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 25.4.** Fiscalizar, por meio de mecanismos apropriados, a execução das atividades pelos empregados da CONTRATADA, garantindo sua conformidade com as Especificações Técnicas.
- 25.5.** Realizar as avaliações previstas no Nível Mínimo de Serviço Exigido – NMS.
- 25.6.** Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do contrato.
- 25.7.** Comunicar oficialmente à CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- 25.8.** Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
- 25.9.** Disponibilizar as normas do Tribunal referentes à sustentabilidade, dando suporte à sua divulgação e verificando sua aplicação por meio de indicadores qualitativos e/ou quantitativos.
- 25.10.** Entregar à CONTRATADA o Código de Conduta Ética dos Servidores do TCU, previamente ao início da execução do objeto, para a observância de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal.
- 25.11.** Entregar à CONTRATADA, previamente ao início da execução do objeto, a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU para conhecimento de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE**

- 26.** A CONTRATADA deverá observar os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, bem como com os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e da Resolução Anvisa – RDC nº 622/2022, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas em serviços de controle de vetores e pragas urbanas.
- 27.** A execução contratual deverá observar o uso racional de recursos naturais, priorizando práticas que minimizem a geração de resíduos e incentivem a reutilização e a reciclagem, em consonância com as metas estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e no Plano de Logística Sustentável (PLS 2021–2025) do TCU.
- 28.** A execução contratual deverá atender aos seguintes critérios:



**29. Sustentabilidade ambiental.**

**30.** Utilização de produtos saneantes regularizados junto à Anvisa, priorizando formulações de baixa toxicidade e com menor impacto ambiental, em conformidade com o Registro de Produto Saneante Desinfestante previsto na RDC nº 774/2023.

**31.** Vedado o uso de produtos organoclorados, fosforados ou outros de alto potencial poluidor, em desacordo com a legislação ambiental ou sanitária vigente.

**32.** A armazenagem, manuseio e descarte das embalagens deverão observar as normas técnicas e de segurança previstas na ABNT NBR 9843:2021 e demais dispositivos correlatos, garantindo a destinação ambientalmente adequada por meio de sistema de logística reversa junto aos fabricantes ou distribuidores.

**33.** Os resíduos e embalagens vazias de produtos químicos deverão ser tratados como resíduos perigosos, sendo obrigatória sua destinação final a locais licenciados pelo órgão ambiental competente, acompanhada dos manifestos de transporte e certificados de destinação final (CDFs).

**34.** As operações deverão ser realizadas de forma a evitar contaminação de corpos d'água, jardins, espelhos d'água, canteiros e áreas sensíveis, observando-se as restrições definidas pela fiscalização do TCU.

**35. Acessibilidade e inclusão**

**36.** As ações de dedetização e comunicação associadas deverão ser planejadas de modo a garantir acessibilidade informacional e física, assegurando que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam compreender e acompanhar as etapas da execução contratual.

**37.** Deverão ser disponibilizados avisos acessíveis (visuais e sonoros) sobre as áreas tratadas e os períodos de interdição temporária, garantindo a segurança de todos os usuários das instalações.

**38.** A CONTRATADA deverá promover práticas de educação ambiental e de conscientização junto aos empregados e colaboradores envolvidos, podendo ser solicitada a realização de campanhas ou treinamentos em parceria com o TCU.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO**

**39.** O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório - TRP e definitivamente, pelo titular da unidade fiscalizadora, com auxílio da unidade central de apoio à gestão contratual, no que couber, mediante elaboração do Termo de Recebimento Definitivo - TRD.

**40.** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato por força das disposições legais em vigor.

**41.** Restará configurado o recebimento provisório dos serviços contínuos pela verificação do cumprimento, pela CONTRATADA, das rotinas, condições e exigências de caráter técnico, inclusive as alusivas a níveis de desempenho e à qualidade da prestação dos serviços, bem como pela verificação da correta alocação dos recursos estabelecidos no contrato para o período.



- 42.** A verificação da correta alocação dos recursos, mencionada no item anterior, deverá contemplar controles de eventos alusivos à entrega de insumos e materiais.
- 43.** O TRP será emitido, mensalmente, e encaminhado à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do fim do período de adimplemento dos serviços, para ciência.
- 44.** O TRP servirá de base para o faturamento e emissão da nota fiscal pela CONTRATADA.
- 45.** Eventuais divergências quanto ao valor do pagamento devido, desde que devidamente discutidas e dirimidas pela FISCALIZAÇÃO, poderão justificar emissão de novo TRP.
- 46.** O recebimento definitivo restará configurado pela verificação do integral cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações, condições e encargos previstos no contrato, inclusive os encargos acessórios atinentes ao período de prestação de serviços.
- 46.1.** O recebimento definitivo pressupõe, em qualquer caso, o regular recebimento provisório.
- 46.2.** Eventual constatação de irregularidade fiscal cometida pela CONTRATADA durante a execução do contrato não autorizará a retenção de pagamentos, integral ou parcial, pelos serviços regularmente prestados.
- 47.** Na hipótese tratada no subitem anterior, a CONTRATANTE deverá adotar medidas e definir prazo, junto à CONTRATADA, visando ao saneamento das pendências fiscais, sem prejuízo, se infrutífero o resultado das diligências adotadas, da comunicação aos respectivos arrecadadores, da apuração de responsabilidade e da descontinuidade do contrato.
- 48.** O TRD deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal correspondente aos serviços adimplidos.
- 49.** O TRD concretizará o ateste do cumprimento da prestação mensal dos serviços, prestando-se à liquidação da respectiva despesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 50.** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por fiscais da CONTRATANTE, devidamente designados para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
- 51.** A atestação de conformidade do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização deste contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 52.** Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso, a qualquer tempo, aos locais de prestação dos serviços nas dependências do TCU e do ISC, bem como aos veículos, equipamentos, utilizados pela CONTRATADA, a fim de verificar a correta execução do objeto e a conformidade com as licenças ambientais.
- 53.** A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:
- 53.1.** Assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- 53.2.** For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com as especificações técnicas;



- 53.3.** Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos;
- 53.4.** Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar formalmente.
- 54.** A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fornecedores, técnicos, subempreiteiros, subcontratadas, entre outros.
- 55.** O meio de comunicação oficial a ser utilizado entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA será o e-mail. Assim, todos os empregados da CONTRATADA que precisem se comunicar diretamente com a equipe de FISCALIZAÇÃO deverão ter acesso a essa ferramenta.
- 56.** Os comunicados que precisem de formalização serão enviados por e-mail e serão chamados Comunicados da Fiscalização. Esses comunicados serão numerados sequencialmente, de forma a se obter um histórico de comunicados enviados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

- 57.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

- 58.** Com fundamento no § 2º do art. 34 da Portaria-TCU n. 122/2023, os preços deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de realização do orçamento estimado da licitação que deu origem à presente contratação (22/04/2026) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

- 59.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
- 59.1.** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- 59.2.** Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 60.** A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE no prazo de 30 dias úteis, contados do protocolo do pedido junto ao setor responsável pela análise.



61. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.
62. A atualização dos valores para fins de reajuste deverá permanecer dentro dos limites de despesa pública para o exercício, conforme disposto na Lei Complementar n. 200, de 30/08/2023.
63. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

64. A extinção do contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, seguindo, no que couber, os procedimentos e disposições dos arts. 117 a 121 da Portaria-TCU n. 122/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

65. O presente contrato sujeita as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021; e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, bem como à proposta da CONTRATADA.
66. Os casos omissos serão decididos pelo Secretário-Geral de Administração, conforme os preceitos de direito público, considerando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

67. A medição dos serviços de dedetização e controle integrado de pragas será realizada com base nas áreas efetivamente tratadas, conforme a periodicidade estabelecida no Cronograma de Atividades aprovado pela Fiscalização, observando os tipos de serviços executados (desinsetização, desratização, descupinização e combate a escorpiões).
68. Para fins de faturamento, será considerada a execução efetiva dos serviços contratados, devidamente comprovada por meio de relatórios técnicos, contendo:
- 68.1. Identificação do local tratado (edifício, anexo, garagem, área externa, espelhos d'água, jardins ou ISC/TCU);
  - 68.2. Tipo de serviço executado;
  - 68.3. Data e horário da execução;
  - 68.4. Produtos aplicados (com nome comercial e registro no Ministério da Saúde/ANVISA);
  - 68.5. Quantidades utilizadas; e
  - 68.6. Nome e assinatura do responsável técnico e da fiscalização do contrato.
69. A medição será trimestral e corresponderá a 1/4 (um quarto) do montante global anual contratado para as aplicações preventivas, o que perfaz o valor aproximado de R\$ \_\_\_\_\_ [1/4 do montante global anual contratado] por ciclo.
70. Não será concedida remuneração adicional à CONTRATADA para a realização de aplicações corretivas, uma vez que estas são consideradas parte integrante do escopo contratual.





- 71.** As aplicações preventivas têm como objetivo manter as instalações livres de qualquer infestação durante todo o período trimestral, entre uma aplicação e outra. Assim, a emissão de Ordens de Serviço (OS) para aplicações corretivas será interpretada como uma falha na efetividade das aplicações preventivas realizadas.
- 72.** A CONTRATADA será responsável por garantir que as aplicações preventivas sejam suficientes para evitar a necessidade de intervenções corretivas. Caso estas sejam necessárias, a CONTRATADA deverá realizá-las sem custos adicionais para a CONTRATANTE, assegurando a qualidade e a continuidade dos serviços contratados.
- 73.** O valor final da medição será ajustado conforme o Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMS), detalhado no Anexo II – Especificações Técnicas.
- 74.** Somente serão considerados para efeito de pagamento os serviços preventivos integralmente executados, devidamente atestados pela Fiscalização e acompanhados dos relatórios técnicos correspondentes.
- 75.** A CONTRATADA deverá entregar a medição à Fiscalização até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.
- 76.** A Fiscalização terá até 5 (cinco) dias úteis para aprovar a medição, mediante elaboração de relatório considerando a incidência dos ajustes de resultados na forma do Anexo IV – Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMS).
- 77.** Após recebimento do Termo de Recebimento Provisório (TRP), a CONTRATADA deve apresentar nota fiscal/fatura do fornecimento ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento.
- 78.** A CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TRD).
- 79.** O pagamento, mediante ordem bancária (crédito em conta bancária da empresa), deverá ser feito em até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão do TRD.
- 80.** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como daquele que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.
- 81.** A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.
- 82.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 83.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:
- EM = I x N x VP, onde:
- EM = encargos moratórios devidos;
- N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e



VP = valor da prestação em atraso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FONTE

**84.** Em se tratando da execução de serviços, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

**84.1.** Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, conforme determina o art. 64 da Lei n. 9.430/1996 e alterações;

**84.2.** Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), conforme determina a Lei n. 8.212/1991 e alterações;

**84.3.** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar n. 116/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

**85.** A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES

**86.** Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, a CONTRATADA:

**86.1.** Será sancionada com **advertência**, caso dê causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**86.2.** Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**86.2.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) meses a 2 (dois) anos;

**86.2.2.** Der causa à inexecução total do contrato – de 6 (seis) meses a 3 (três) anos;

**86.2.3.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

**86.3.** Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:

**86.3.1.** Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, nos casos em que implicarem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas.



- 86.3-1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;
- 86.3-1.2.** Der causa à inexecução total do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;
- 86.3-1.3.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.
- 86.3.2.** Apresentar ou prestar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;
- 86.3.3.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;
- 86.3.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;
- 86.3.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.
- 87.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.
- 88.** Para fins de aplicação das sanções, considera-se:
- 88.1. Falha na Execução Contratual:** A ocorrência de qualquer uma das situações descritas na Tabela 2, que será registrada e pontuada pela FISCALIZAÇÃO.
- 88.2. Retardamento Injustificado:** Configura-se quando a CONTRATADA:
- 88.2.1.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato;
- 88.2.2.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a cada trimestre, os serviços definidos no contrato após 5 (cinco) dias úteis da data previamente acertada com a FISCALIZAÇÃO.
- 88.3. Inexecução Parcial:** Configura-se em qualquer uma das seguintes hipóteses:
- 88.3.1.** O somatório de pontos de infrações, apurado conforme a Tabela 2, atingir ou ultrapassar 20 (vinte) pontos dentro de um período de 12 (doze) meses;
- 88.3.2.** A reiteração de falhas que, embora não atinjam a pontuação acima, demonstrem, a juízo da FISCALIZAÇÃO, a incapacidade da CONTRATADA de cumprir o contrato de forma satisfatória;
- 88.3.3.** A ocorrência de uma única infração de natureza grave (pontuação 5 ou 6 na Tabela 2) que comprometa significativamente a segurança, a saúde, o patrimônio ou o funcionamento das atividades da CONTRATANTE.
- 88.4. Inexecução Total:** Configura-se quando a CONTRATADA:

**88.4.1.** Deixar de iniciar os serviços após transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato;

**88.4.2.** Abandonar a execução do contrato, interrompendo a totalidade dos serviços sem justa causa;

**88.4.3.** Recusar-se formalmente a executar ou a continuar a execução do objeto contratado.

**88.5.** **Grave Dano:** Todo prejuízo que afete o funcionamento das atividades da CONTRATANTE, coloque em risco a saúde ou a segurança de pessoas, cause dano ao patrimônio público, ou gere repercussão negativa à imagem da instituição.

**89.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a pontuação das infrações estabelecida nas Tabelas 1 e 2.

**89.1.** A cada infração descrita na Tabela 2 corresponderá uma pontuação. A Tabela 1 estabelece a faixa percentual da multa a ser aplicada com base na pontuação da infração.

**89.2.** Para a fixação do percentual exato da multa, dentro dos limites previstos na Tabela 1, a Administração considerará a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes (como a reincidência ou as medidas adotadas pela CONTRATADA para reparar a falha) e os antecedentes da CONTRATADA.

**89.3.** A inexecução parcial do contrato poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.

**89.4.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

**89.4.1.** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**89.4.2.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**Tabela 1 – Referências para adoção da dosimetria da penalidade**

PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA (C) % do valor anual do contrato
1	$0,5\% \leq C < 0,6\%$
2	$0,6\% \leq C < 0,8\%$
3	$0,8\% \leq C < 2,0\%$
4	$2,0\% \leq C < 3,0\%$
5	$3,0\% \leq C < 4,0\%$
6	$C \geq 4,0\%$

**Tabela 2 – Classificação das infrações por gravidade**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Obter pontuação inferior ou igual a 90%, por três avaliações consecutivas, no Fator de Qualidade, conforme previsto no Anexo IV - Nível Mínimo de Serviço Exigido.	6	Por trimestre de ocorrência
2	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
3	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	4	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, sem prejuízo da configuração de retardamento da execução contratual.	6	Por dia
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por item e por ocorrência
9	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou homicídios.	5	Por ocorrência
10	Executar os serviços em locais, dias e horários vedados no Termo de Referência.	3	Por ocorrência
11	Danificar plantas, intoxicar animais ou pessoas com os produtos aplicados.	6	Por ocorrência
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
12	Registrar e controlar as rotinas de execução dos serviços estabelecidas no Cronograma de Atividades.	4	Por ocorrência
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por dia de ocorrência
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
15	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência

16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
17	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
18	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
19	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
20	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

**90.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato, conforme disposto no art. 162 da Lei n. 14.133/2021.

**91.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras constantes do § 6º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**91.1.** Reputar-se-ão inidôneos, entre outras hipóteses, atos tais como os descritos nos artigos 337-L e 337-M, § 2º, do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

**92.** A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**93.** A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme disposto no § 9º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**94.** É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridas, cumulativamente, as exigências dispostas nos incisos I a V e parágrafo único do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**95.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade definida na cláusula primeira deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.



E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Datado e assinado eletronicamente.

**[SEDE/REGIONAL TCU]**

**[REPRESENTANTE TCU]**

**[CARGO]**

**[FORNECEDOR]**

**[REPRESENTANTE FORNECEDOR]**

**[REPRESENTANTE LEGAL]**